

A. I. N° - 926008-0/04
AUTUADO - ARIEVALDO DE CASTRO FIALHO
AUTUANTE - ERLANE BIZERRA SALES
ORIGEM - IFMT/SUL
INTERNET - 28.09.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0358-02/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO. MULTA. Provado o cometimento da infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/5/04, acusa a falta de emissão de Nota Fiscal nas vendas a consumidor [descumprimento de obrigação acessória]. Multa: R\$ 690,00.

O autuado apresentou defesa solicitando o cancelamento, suspensão ou arquivamento do Auto de Infração, alegando que, no momento de tantas dificuldades em que se vive, a sua empresa não tem condições de pagar nem mesmo de forma parcelada a quantia estipulada. Juntou cópias de Notas Fiscais de Venda a Consumidor emitidas pela empresa. Diz que este Auto não é condizente com a realidade de sua firma.

A auditora designada para prestar a informação observa que o ilícito está provado nos autos. Aduz que os documentos apresentados pela defesa não elidem a infração, pois se referem a vendas em datas diversas da data da ação fiscal. Opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

O contribuinte é acusado de deixar de emitir Nota Fiscal quando realiza vendas de mercadorias.

Na defesa, alega que a sua empresa não tem condições de pagar a multa estipulada.

A ação fiscal de que resultou o presente Auto de Infração visa a conscientizar as empresas quanto à necessidade de emitirem documentos fiscais sempre que efetuarem operações com mercadorias.

O termo de auditoria de caixa demonstra que a empresa dispunha de valores decorrentes de receitas de vendas sem documentos fiscais.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 926008-0/04, lavrado contra **ARIEVALDO DE CASTRO FIALHO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no

valor de **R\$ 690,00**, prevista no inciso XIV-A, “a”, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 7.438/99.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA